



DIÁRIO

da Assembleia da República

VI LEGISLATURA

3.ª SESSÃO LEGISLATIVA (1993-1994)

REUNIÃO PLENÁRIA DE 20 DE ABRIL DE 1994

Presidente: Ex.^{mo} Sr. António Moreira Barbosa de Melo

Secretários: Ex.^{mos} Srs. João Domingos Fernandes de Abreu Salgado
 José Mário de Lemos Damião
 José de Almeida Cesário
 José Ernesto Figueira dos Reis

SUMÁRIO

O Sr. Presidente declarou aberta a sessão às 15 horas e 25 minutos.

Antes da ordem do dia.— Deu-se conta da entrada na Mesa de requerimentos e da resposta a alguns outros.

O Sr. Deputado Carlos Oliveira (PSD) congratulou-se com a decisão do Governo de reconhecer e criar a Faculdade de Direito da Universidade do Porto, ao que se associaram os Srs. Deputados Luís Sá (PCP), Narana Coissoró (CDS-PP) e Guilherme d'Oliveira Martins (PS)

Em declaração política, o Sr. Deputado Silva Marques (PSD) elogiou a forma como decorreu a Presidência Aberta sobre o Ambiente.

Também em declaração política, o Sr. Deputado Manuel Alegre (PS) condenou o debate promovido pela SIC sobre a actividade da ex-PIDE/DGS e respondeu, depois, a pedidos de esclarecimento dos Srs. Deputados Octávio Teixeira (PCP), Mário Tomé (Indep.), João Amaral (PCP), Raúl Castro (Indep.), Silva Marques (PSD) — que também fez uma defesa da consideração a que o orador respondeu —, Lino de Carvalho (PCP), André Martins (Os Verdes), Narana Coissoró (CDS-PP) — que respondeu a uma defesa da consideração do Sr. Deputado João Amaral —, Manuel Sérgio (PSN) e Raúl Rêgo (PS)

O Sr. Deputado Luís Geraldes (PSD) referiu-se às próximas eleições na África do Sul e respondeu a um pedido de esclarecimento do Sr. Deputado Narana Coissoró (CDS-PP).

Ordem do dia.— Após o Sr. José Magalhães (PS) ter feito a síntese do relatório da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias sobre a proposta de lei n.º 96/VI — Autoriza o Governo a transpor para a ordem jurídica interna a Directiva n.º 91/250/CEE, do Conselho, de 14 de Maio, relativa ao regime de protecção jurídica dos programas de computador e o projecto de lei n.º 395/VI — Sobre protecção jurídica dos programas de computador (PS), foram os mesmos apreciados na generalidade, tendo usado da palavra, a diverso título, além daquele orador e do Sr. Subsecretário de Estado da Cultura (Manuel Frexes), os Srs. Deputados Miguel Macedo (PSD) e António Filipe (PCP).

Procedeu-se ao debate da proposta de resolução n.º 58/VI — Aprova, para ratificação, o Acordo de Sede entre o Grupo Internacional de Estudos do Cobre e a República Portuguesa, sobre a qual intervieram, além do Sr. Subsecretário de Estado Adjunto do Ministro dos Negócios Estrangeiros (Martins Jerónimo), os Srs. Deputados Rui Gomes Silva (PSD) e Luís Amado (PS).

O projecto de resolução n.º 96/VI — Programa de compensação financeira para os pescadores por motivo de abate e imobilização definitiva ou temporária das embarcações (PCP) foi ainda discutido, usando da palavra, a diverso título, os Srs. Deputados António Murteira (PCP), António Barradas Leitão e Olimo Ravara (PSD), Fialho Anastácio e Alberto Avelino (PS).

O Sr. Presidente encerrou a sessão eram 18 horas e 40 minutos

Eduardo Luís Barreto **Ferro Rodrigues**.
 Eduardo Ribeiro **Pereira**.
 Eurico José Palheiros de Carvalho **Figueiredo**.
 Fernando Alberto Pereira de Sousa.
 Fernando Alberto **Pereira Marques**.
 Fernando Manuel Lúcio **Marques da Costa**.
 Guilherme Valdemar Pereira **d'Oliveira Martins**.
 Gustavo Rodrigues **Pimenta**.
 Helena de Melo **Torres Marques**.
 Jaime José Matos da **Gama**.
 João Eduardo Coelho **Ferraz de Abreu**.
 João Maria de Lemos de **Menezes Ferreira**.
 João Rui Gaspar de **Almeida**.
 Joaquim Américo **Fialho Anastácio**.
 Joaquim Dias da **Silva Pinto**.
 Jorge **Lacão Costa**.
 Jorge Paulo Sacadura **Almeida Coelho**.
 José **Eduardo dos Reis**.
 José **Eduardo Vera Cruz Jardim**.
 José **Ernesto Figueira dos Reis**.
 José Manuel **Lello Ribeiro de Almeida**.
 José **Rodrigues Pereira dos Penedos**.
 José **Sócrates Carvalho Pinto de Sousa**.
 Júlio da Piedade Nunes **Henriques**.
 Júlio Francisco **Miranda Calha**.
 Laurentino José Monteiro **Castro Dias**.
 Leonor **Coutinho Pereira dos Santos**.
 Luís Filipe **Marques Amado**.
 Luís **Filipe Nascimento Madeira**.
 Luís Manuel **Capoulas Santos**.
 Manuel **Alegre de Melo Duarte**.
 Manuel **António dos Santos**.
 Maria **Julieta Ferreira Baptista Sampaio**.
 Raúl d'Assunção **Pimenta Rêgo**.
 Rosa Maria da Silva Bastos da Horta **Albernaz**.
 Rui António **Ferreira da Cunha**.
 Rui do Nascimento **Rabaça Vieira**.
 Vítor Manuel **Caio Roque**.

Partido Comunista Português (PCP):

António Filipe **Gaião Rodrigues**.
 António Manuel dos Santos **Murteira**.
 João António **Gonçalves do Amaral**.
 José Manuel **Maia Nunes de Almeida**.
 Lino António **Marques de Carvalho**.
 Luís Manuel da Silva **Viana de Sá**.
 Maria **Odete dos Santos**.
 Miguel Urbano **Tavares Rodrigues**.
 Octávio Augusto **Teixeira**.
 Paulo Jorge de Agostinho **Trindade**.
 Paulo Manuel da Silva **Gonçalves Rodrigues**.

Partido do Centro Democrático Social — Partido Popular (CDS-PP):

Adriano José **Alves Moreira**.
 José Luís **Nogueira de Brito**.
 Manuel José **Flores Ferreira dos Ramos**.
 Narana **Sinai Coissoró**.

Partido Ecologista Os Verdes (PEV):

André **Valente Martins**.

Partido da Solidariedade Nacional (PSN):

Manuel **Sérgio Vieira e Cunha**.

Deputados independentes:

Mário António **Baptista Tomé**.
 Raúl **Fernandes de Moraes e Castro**.

ANTES DA ORDEM DO DIA

O Sr. **Presidente** (Adriano Moreira): — Srs. Deputados, o Sr. Secretário vai dar conta dos requerimentos e das respostas a requerimentos que deram entrada na Mesa.

O Sr. **Secretário** (João Salgado): — Sr. Presidente e Srs. Deputados, nas últimas reuniões plenárias, foram apresentados à Mesa os seguintes requerimentos: aos Ministérios da Administração Interna e da Justiça, formulados pelo Sr. Deputado Raúl Castro; aos Ministérios do Emprego e da Segurança Social e dos Negócios Estrangeiros, formulado pelo Sr. Deputado Paulo Trindade; ao Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, formulado pela Sr.^a Deputada Leonor Coutinho e ao Ministério do Ambiente e Recursos Naturais, formulado pelo Sr. Deputado Carlos Almeida Figueiredo.

Entretanto, o Governo respondeu aos requerimentos apresentados pelos seguintes Srs. Deputados: José Manuel Maia, na sessão de 26 de Maio; Manuel Sérgio, na sessão de 9 de Junho; José Magalhães, na sessão de 3 de Novembro; André Martins, na sessão de 26 de Janeiro; Guilherme d'Oliveira Martins, na sessão de 9 de Fevereiro, e Marília Raimundo, na sessão de 2 de Março.

Gostaria também de informar a Câmara de que se encontram reunidas as Comissões de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, Economia, Finanças e Plano, Trabalho, Segurança Social e Família e Assuntos Europeus, que a Subcomissão de Igualdade e Direitos da Mulher reunirá às 16 horas e a Subcomissão da Cultura às 17 horas.

A Comissão Eventual para a Reforma do Ordenamento Administrativo tomará posse às 17 horas na Sala de Visitas de S. Ex.^a o Sr. Presidente.

O Sr. **Carlos Oliveira** (PSD): — Sr. Presidente, peço a palavra para interpelar a Mesa.

O Sr. **Presidente** (Adriano Moreira): — Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. **Carlos Oliveira** (PSD): — Sr. Presidente, em nome do meu grupo parlamentar, gostaria de congratular-me com a decisão tomada pelo Governo de reconhecer e criar a Faculdade de Direito da Universidade do Porto.

Segundo o que vem hoje na comunicação social, corroborando aliás uma notícia veiculada pelo Prof. Doutor Alberto Amaral, Reitor da Universidade do Porto, é finalmente reconhecida pelo Governo, através de despacho ministerial, a criação da Faculdade de Direito.

80 anos após a luta das pessoas da região do Porto, da região do Norte, a criação da Faculdade de Direito satisfaz-nos em termos de País, possibilitando-se, assim, à Universidade do Porto a sua equiparação às universidades congéneres.

Nesse sentido, fica aqui o meu agradecimento aos precursores da ideia, designadamente ao Professor Lopes Martins, Ministro da Educação em 1915, que, de

facto, foi o pioneiro da criação da Faculdade de Direito, ao Prof. Doutor Alberto Amaral, ilustre Reitor da Universidade do Porto, à Sr.^a Ministra da Educação Manuela Ferreira Leite e, naturalmente, ao Primeiro-Ministro de Portugal pelo justo contributo de reconhecer ao Porto, à Universidade do Porto, à região norte, a dignidade que esta decisão, esta distinção tem em si mesma.

Voices do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Fica a expectativa e a esperança de que a Universidade do Porto seja capaz de colocar a sua nova faculdade ao nível das melhores faculdades do País, o que estou certo que sucederá.

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente (Adriano Moreira): — Sr. Deputado, creio que o objecto das suas palavras justifica o uso da figura regimental que invocou.

O Sr. Luís Sá (PCP): — Sr. Presidente, peço a palavra para interpelar a Mesa.

O Sr. Presidente (Adriano Moreira): — Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. Luís Sá (PCP): — Sr. Presidente, congratulamo-nos com essa criação, mas não podemos deixar de lamentar, em primeiro lugar, a particular responsabilidade do Governo por criar tão tarde a Faculdade de

Direito do Porto e, em segundo lugar, a responsabilidade da bancada do PSD por ter inviabilizado as propostas que o Grupo Parlamentar do PCP apresentou em relação a esta matéria exactamente com este objectivo.

Repito, congratulamo-nos, mas não podemos deixar de lamentar que tenha sido feita tão tarde justiça à cidade do Porto numa questão que já devia estar resolvida há muito tempo.

Aplausos do PCP.

O Sr. Narana Coissoró (CDS-PP): — Sr. Presidente, peço a palavra para interpelar a Mesa.

O Sr. Presidente (Adriano Moreira): — Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. Narana Coissoró (CDS-PP): — Sr. Presidente, a criação em concreto da Faculdade de Direito da Universidade do Porto deve merecer o aplauso da Câmara e de todo o País, porque realmente não fazia sentido que, na cidade do Porto, onde hoje florescem tantas Faculdades privadas de Direito, o Estado não tivesse ainda criado a sua Faculdade.

No entanto, devo lastimar que só agora é que o Governo se tenha lembrado de o fazer, uma vez que este assunto já foi aqui — como bem disse o Sr. Deputado Luís Sá — tratado várias vezes, tendo sido sempre rejeitada a sua criação. Aliás, foi-o por razões que hoje não interessa focar, pois não é isso que está em causa, ou seja, não está em causa saber por que é que a maioria na Assembleia da República, nos governos do Professor Cavaco Silva, recusou a criação dessa Faculdade de Direito.

De facto, nesta corrida contra o tempo, o PSD ao dizer aqui hoje que foi o primeiro partido a congratular-se com a criação desta Faculdade, devia também lem-

brar-se de dizer por que razão é que durante todos estes anos o mesmo governo do Professor Cavaco Silva não pôs em prática a criação da Faculdade de Direito da Universidade do Porto, que esta Assembleia tantas vezes reclamou.

(O Orador reviu.)

Aplausos de alguns Deputados do PS.

O Sr. Presidente (Adriano Moreira): — Para uma interpeção à Mesa, tem a palavra o Sr. Deputado Guilherme d'Oliveira Martins.

O Sr. Guilherme d'Oliveira Martins (PS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Em nome do Grupo Parlamentar do PS, gostaria de me associar às diversas palavras de congratulação que aqui foram proferidas relativamente à criação da Faculdade de Direito da Universidade do Porto.

No entanto, importa salientar duas notas: primeira, a da decisão tardia da criação desta Faculdade. Na verdade, esta Câmara pronunciou-se em diversos momentos sobre a necessidade de resolução desta questão, sem que ela tenha sido adequadamente respondida pelos diferentes executivos do Professor Cavaco Silva.

A segunda questão tem a ver com a indefinição dos critérios de criação de escolas do ensino superior. De facto, torna-se essencial definir critérios gerais para a criação de estabelecimentos e instituições de ensino superior, sem o que, naturalmente, ficamos sujeitos à criação puramente pontual de estabelecimentos deste tipo.

De qualquer modo, neste momento, a palavra fundamental é de congratulação pela criação da Faculdade de Direito da Universidade do Porto.

O Sr. Presidente (Adriano Moreira): — Srs. Deputados, interpreto as sucessivas interpelações que foram produzidas, regozijando-se pela criação da Faculdade de Direito na Universidade do Porto, como exprimindo o desejo de que este sentimento da Câmara seja levado ao conhecimento daquela Universidade, o que a Mesa irá fazer.

Para uma declaração política, tem a palavra o Sr. Deputado Silva Marques.

O Sr. Silva Marques (PSD): — Srs. Deputados socialistas, não se preocupem porque eu hoje venho tecer elogios a quem menos esperam!...

Risos do PSD.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: O Sr. Presidente da República acabou de realizar uma Presidência Aberta que desejamos assinalar e que poderá ficar como uma referência do exercício da função presidencial na sua mais elevada e rigorosa concepção.

Sabe-se como temos discordado do Sr. Presidente da República em múltiplas e diversas ocasiões sobre este ponto: o do conteúdo e contornos institucionais da função presidencial.

Por isso, mais grato nos é, neste momento, realçar o nosso regozijo por esta Presidência Aberta sobre o ambiente que veio demonstrar como é possível e desejável o Sr. Presidente da República ocupar-se, de forma activa, dos mais actuais, melindrosos e difíceis problemas, sem que isso possa ser susceptível de